

# Apresentação

O polígrafo Afrânio Peixoto também escreveu sobre o 2 de Julho, data magna da Bahia, cujo texto revela um dos traços mais característicos de suas múltiplas facetas, sobressaindo seu papel de pesquisador que para produzir qualquer que fosse o tipo e a categoria do documento, o autor baiano mantinha a preocupação com os mínimos detalhes revelando importantes mananciais de informações, cujos maiores beneficiários são seus leitores e pesquisadores.

Em 1941, Peixoto publica na Revista da Academia Brasileira de Letras - Vol. 61, o artigo intitulado “A Causa do 2 de Julho (Discurso à Bahia”, onde podemos observar na 1ª. página do texto, outra marca do escritor manifestada em incansável correção textual, seja em suas produções científicas ou ficcionais. Assim é, que ele risca o numeral 2, substituindo-o pela palavra dois.

Conheçam o 2 de Julho visto por Afrânio Peixoto, que finaliza sua narrativa com a surpreendente revelação das correspondências entre Maria Graham e a Princesa Maria Leopoldina, no foco das linhas e entrelinhas da Independência do Brasil, na Bahia.

Sueli Seixas

Diretora da Casa Afrânio Peixoto

*Rev. de Acad. de Letras*  
*Vol. 61 - 1941*

A CAUSA DO "2 DE JULHO"

(DISCURSO A BAHIA)

12015

AFRÂNIO PEIXOTO.

Celebrando, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 2 de julho de 1923, o Centenário de nossa Independência, confessei a razão de nosso atraso. Ao Sul, fizera-se uma evolução, nós tivemos de fazer uma revolução... No Rio, em S. Paulo, em Minas, fôra um movimento do Governo, contra a Metrópole distante; o Norte era, então, o melhor do Brasil, o que os Portugueses mais guardavam: tivemos de fazer, combatendo-os, violência à nossa tradicional fidelidade. No Sul, proclamações e paradas, flores e fitas, aplausos e hinos... aqui, sítio e trincheiras, bloqueio, fome e peste, sangue e morticínio... Lá a adesão, aqui a guerra. Por isso, chegamos tarde, fora de hora, êles a 7 de setembro de 22, nós só a 2 de julho de 23... Mas, só depois de 2 de julho, foi o Brasil, realmente, independente...

\*

Para chegarmos mais tarde, pois tivemos guerra de per-  
meio, havíamos de começar mais cedo... Tivemos a nossa  
"Inconfidência Baiana" (\*)... mais grave qua "Mineira",

---

(\*) "Inconfidência", "inconfidente" têm hoje, dada a semântica, sentido diverso de indiscreção, indiscreto, o que parece alma das conjurações... Mas não era assim. Em 100 brasileiros cultos, um, se tanto, saberá dizer o contrário do sábio português Mendes dos Remédios que, na sua "História de Literatura Portuguesa", 6.ª ed., Coimbra, 1930, p. 43, mudou até para "Conjuração dos Confidentes"... Moraes, "Dicionário" (1813) define: "falta de fé ou de fidelidade ao Príncipe". As inconfidências mineira, baiana, pernambucana, queriam a república.

a conjuração para proclamar a república na Baía, a 12 de agosto de 1797.

Mais grave, sim. A "Mineira" não teve comêço de execução, arrastou-se o processo por quatro anos, houve indulto, algumas condenações para África e só a execução do digno Tiradentes. Seu relêvo na "história" vem, entretanto, dos homens de letras que nela tomaram parte e da beatificação leiga do mártir, operada contra o monarca, no período imperial de Pedro II, e pelo Positivismo, no período republicano.

A Inconfidência Baiana, bem mais importante, inspirava-se em princípios da Revolução Francesa, igualdade dos homens com abolição do cativo, liberdade contra os abusos religiosos, forma republicana de govêrno. Um dos conjurados depôs que 676 pessoas conspiraram, sendo 34 oficiais de linha, 54 de milícias, 11 funcionários, 13 graduados em leis, 48 clérigos, 44 frades, 8 familiares do Santo Ofício, inferiores, soldados, negociantes, escravos, até um professor e poeta, autor do hino, Francisco Moniz Barreto de Aragão, que lecionava em Minas do Rio de Contas. Um comêço de ação por boletins sediciosos afixados em público, prisões, devassas, ordens da metrópole para severidade. Quatro condenados à morte, sendo, a 8 de novembro de 1799, supliciados e esquartejados e expostos os membros mutilados, do alfaiate João de Deus do Nascimento (que deixou 8 filhos menores), do soldado Luiz Dantas de Amorim Tôrres, do menino, de 16 anos, Manuel Faustino dos Santos Lira, e de Luiz Gonzaga das Virgens, executados na Praça da Piedade. Muitos sentenciados para Angola, Benguela, Fernando de Noronha e para a Costa da Mina, "lugares de África não sujeitos à Real Corôa, afim de que o veneno dos seus falsos princípios não fosse jamais contaminar a leais vassallos".

Portanto, maior número de mártires teve a Inconfidência Baiana de 1798, do que a "Mineira" de 1789: apenas esta teve mais homens de letras, de primeira classe portanto, brancos, burgueses, poetas, oficiais, funcionários: a nossa era apenas de artífices e soldados, pardos mestiços sem poesia, embora maior martírio... Até a história faz distinções de classe. Os burgueses valem mais que os operários...

Vinte e três anos depois, contados dia a dia, seriam êsses mártires vingados em Pirajá. Em 1817 seria, ainda mais grave — a Inconfidência Pernambucana, atingindo o Ceará e até a Baía, onde o padre Roma, José Inácio de Abreu e Lima, a 29 de março, e Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça e padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, a 12 de junho, dariam a vida à punição pela Corôa, no Campo da Pólvora, daí por diante Campo dos Mártires.

Em 1821 a revolução constitucional alastrada de Espanha a Portugal, rebentada no Pôrto, propagava-se ao Pará e estendia-se à Baía. Um batalhão de artilharia tendo à frente o tenente-coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, faz causa comum com os patriotas liberais, encabeçados por Cipriano José Barata de Almeida, concitando à adesão ou à luta o Governador, conde da Palma, e suas fôrças. Sobrevém conciliação, tão opostas são neste instante da vida nacional as idéias políticas e suas direções. É de Portugal que vem a insurreição liberal e é no Rio que está o govêrno dinástico e absolutista... Palmela que, nomeado ministro, passa por aquí, para o Rio, entrevê a separação de Portugal e do Brasil, e concita ao marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois marquês de Barbacena, então inspetor militar de guarnição, a não aderir ao movimento liberal português, pois que a separação se lhe oferece como o meio de salvar o antigo regime, com a independência do Brasil...

O movimento de 1821, na Baía, do qual saiu a renúncia do Governador Conde da Palma, e a instituição da Junta Governativa da Província, tem duplo alcance: é pela liberdade constitucional, acompanhando Portugal, contra o despotismo absolutista, que estava com a Côrte, no Rio de Janeiro, e é pela liberdade política que daí decorria e começara na administração pública instituída pelo povo, à revelia do govêrno central, operando a emancipação nacional, a independência do Brasil, e, agora, contra Portugal.

No decorrer dos acontecimentos posteriores só isso explica a Baía separada do Rio, de D. João VI, soberano absoluto, a Baía solidária com Portugal constitucional, que inten-

tava salvar, ao menos, um pedaço do Brasil. A D. João VI, a quem protestavam fidelidade, concitavam os Baianos aderisse às idéas liberais e lembravam, com hombridade: "Posto que vassallos de V. M. nós não perdemos o direito que a natureza deu a todos os homens — o da liberdade e o do bem estar". "Uma só palavra de V. M. decidirá da glória do seu trono e dos destinos dêste seu povo, de que nós somos os órgãos e os representantes, nós que prostrados aos pés de V. M. atestamos a Deus, e ao Mundo inteiro a sinceridade das nossas intenções e a lialdade de nossos corações, em tudo que fôr do serviço de V. M. e, ao mesmo tempo, do interesse e da independência e liberdade da nação". "Viva a Constituição!", terminava essa proclamação, da Junta da Baía, ao Soberano, no Rio.

Ficaram definidas as posições: nós Baianos — ainda ao Sul não se falava em independência — ainda aquí estava D. João VI, — nós nos revoltávamos contra o despotismo e desafiávamos a Corôa, optando pela liberdade constitucional, com ou sem o monarca. Aí faz Portugal causa conosco, contra o absolutismo, que domina o Rio. Depois, quando Dom João cede e abandona o Brasil e D. Pedro segue a via da independência, quer Portugal, já constitucional, guardar a sua colônia e é na Baía, onde acumulara as maiores fôrças, que se debate contra as nossas aspirações emancipadoras.

De 21 a 23 temos nós dois movimentos liberais: — contra o absolutismo, então no Rio, e contra a recolonização, que vem de Portugal.

Mas, não antecipemos. A 26 de fevereiro de 21 o povo do Rio imitava o de Baía e D. João capitulava aceitando a "Constituição" que se fizesse, jurada pelo Rei, Príncipes, Côrte, Funcionários. O rei absoluto de Portugal tornava a Europa feito soberano constitucional no Brasil... Agora, a sós conosco, é que se ia travar a luta da independência. A Junta Provisional da Baía entre elementos nacionais e peregrinos, sob a pressão do comércio português, acumulados na cidade contingentes importantes de fôrças lusitanas, ainda não convencida da sinceridade da realeza à causa constitucional, hesita, se devia aceitar a autoridade do príncipe-herdeiro

ou manter a de Portugal, e esta lhe impuseram as circunstâncias.

Satisfeito o liberalismo português, com a volta del-Rei, já constitucional, tentou esquecer esta vitória da liberdade, que lhe demos, e tentou recolonizar, à moda antiga. Se D. João parte, aconselhando ao filho pusesse na cabeça a corôa, dada a ocasião, já de Portugal, condescende em chamar ao reino, ao estouvado "rapazinho", como foi chamado por Borges Carneiro. Do *Fico* a Sete de Setembro é uma evolução rápida e segura. Marchamos para a primeira alternativa...

\*

Na Baía, não seria assim tão fácil... o pretexto da nomeação de um português, Inácio Luiz Madeira de Melo, elevado a brigadeiro, e nomeado para o Comando das armas, leva o brasileiro, general Manuel Pedro de Freitas Guimarães a recusar ceder-lhe o pôsto e as tropas da cidade se dividem, em campos adversos. A população civil temendo o conflito começa a abandonar a cidade. Os soldados e marujos de Madeira percorrem as ruas, arrombam casas, insultam famílias, saqueam haveres, e nem a clausura respeitam. O Convento da Senhora da Lapa é atacado e morrem, ao abrir-lhe as portas, a Abadessa Madre Joana Angélica e o velho Capelão... A Baía assiste, consternada, às Freiras egressas que demandam o Destêrro, ou a Soledade. Manuel Pedro e seus soldados, recolhidos ao Forte de S. Pedro, capitulam, apenas o chefe e alguns oficiais, pois os soldados, fugindo à fome, buscam o Recôncavo, incorporados às novas milícias que se preparam. Madeira, senhor da Baía, recebe ainda reforços de Portugal.

Na Cachoeira, a 25 de junho de 22, começara a reação. O povo aclama a D. Pedro regente constitucional e defensor do Brasil. Uma escuna portuguesa abre fogo contra a cidade, mas, investida do cais, capitula, vencedores os patriotas nacionais e os lusitanos, que fizeram conosco causa comum. A guerra da independência teve o aspecto de guerra civil: encontrámos, de um e outro lado, portugueses e brasileiros,

e isso honra a uns e outros: era apenas a liberdade em face do lealismo. A nós nos consola pensar que tivemos, por nós, país e irmãos nossos...

Outras cidades do Recôncavo, Santo-Amaro, S. Francisco, Maragogipe, Inhambupe, Jaguaribe, Nazaré, aderem ao movimento, fazendo a aclamação. Tão rápido e precipitado é tudo, que não tínhamos sequer recursos de guerra: fomos prepará-los na necessidade; será o exército libertador, de um ano depois. Em Cachoeira centraliza-se o conselho interino do Governo da Província da Baía, cujos trabalhos, referidos, já em 23, por Miguel Calmon du Pin e Almeida — nome predestinado a figurar mais de uma vez na História do Brasil — dá impressão providencial daquela organização da vitória por Lazare Carnot, com a qual a França fez frente a Europa.

O futuro Marquês de Abrantes, então secretário da Junta, e seu inspirador e executor, descreve êsses momentos trágicos de uma revolução improvisada. Não havia soldados bem que houvesse homens, não bastando a fé patriótica. Não havia armas, nem munições, nem abastecimentos. Requisita-se e reúne-se a pólvora e o chumbo, expostos à venda pelas povoações em redor. Examinam-se as peças de artilharia, empregadas no vai-vem dos engenhos. Consertam-se peças desmanteladas, espingardas sem pederneiras... O fardamento vai aparecendo, para os soldados. Os donativos correm, para a caixa militar, sob a forma de subscrições. Abrem-se trincheiras. Todos cuidam na própria defesa e no inimigo comum. O contacto é mantido entre as partes, e com o Rio, de onde viria orientação do movimento e possível socorro. Do caos faz-se um mundo: administração, impostos a arrecadar, despesas inadiáveis, matéria prima a requisitar e reunir, cunhagem de cobre e prata para moeda, portos defendidos para o abastecimento e troca de mercadorias, intendência dos exércitos...

Os soldados sem disciplina se vestem, se arregimentam, se disciplinam, se exercitam. A fábrica do trem de guerra, pólvora, balas, armas, se organiza. Um correio terrestre põe em comunicação vilas e povoações, desde Ilhéus até S. Francisco. Como Pôrto-Seguro não aderira, na primeira hora, ao

movimento, a vida litorânea ficara interceptada e foi pelo interior de Minas, até o Tijuco, ou Diamantina, que ia o correio, para alcançar o Rio. Dom Pedro enviou uma tipografia e se improvisaram tipógrafos, impressores, jornalistas, que davam informações indispensáveis e criavam uma alma coletiva dos patriotas. José Bonifácio foi solícito e eficiente (\*).

A Junta de Cachoeira, êsse conselho interino do govêrno da Baía, composto do Capitão-Mór Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque (depois Barão de Jaguaribe), presidente, deputado de Santo Amaro: Francisco Gé Acaiaba de Montezuma (depois Visconde de Jequitinhonha), primeiro secretário, deputado de Cachoeira; Miguel Calmon de Pin e Almeida (depois Marquês de Abrantes) segundo secretário deputado de Abrantes; desembargador Antônio José Duarte de Araújo Gondim, deputado de S. Francisco; Capitão-mór Manuel Gonçalves Maia Bitencourt, deputado de Jaguaribe; Capitão-mór Manuel da Silva Carai Coimbra, deputado de Maragogipe; Simão Gomes Ferreira Veloso, deputado do Inhambupe; padre Manuel José de Freitas Dendê Bus, deputado de Pedra-Branca; padre Isidoro Manuel de Menezes, deputado de Camamú; padre Teodósio Dias de Castro, deputado de Jacobina; Manuel dos Santos Silva, deputado de Maraú; João Dantas dos Imperiais Itapecurú, deputados por Itapecurú; vigário Francisco José de Miranda, por Água-Fria; padre Pedro José Vieira, por Santarém; capitão José Valentim de Souza, pela Vila do Rio de Contas; padre José do Melo Varjão, por Cairú, organizou não só a resistência, como a iniciativa tática, sem esquecer a administração interna, a garantia da lavoura, a segurança da indústria, e tráfico do comércio, elementos da vitória...

---

(\*) José Bonifácio na "Ode aos Baianos" diz: "Os teus Baianos nobres e briosos gratos serão a quem lhes deu socorro..." Vasconcelos de Drummond testemunha: "No meio de tanta dificuldade, José Bonifácio era incansável em ocorrer e acudir a tudo. As dificuldades lhe aumentaram a energia e o Recôncavo da Baía foi prontamente socorrido com tropa, dinheiro e tudo mais de que precisava. Nada faltou, tudo foi previsto para o fim de confortar o ânimo dos Baianos e as esperanças do Brasil". Anotações de A. M. de V. Drummond à sua biografia in *Ann. da Bibl. Nac.*, 1885-6, t. XIII, p. 32.

Em Pirajá, às portas da Baía, duas léguas apenas, agremiam-se os "independentes". Primeiro as tropas conduzidas pelo tenente-coronel de milícias Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, depois Visconde de Pirajá, que eram os batalhões da Torre de Garcia d'Ávila, entre êles caboclos armados de arco e flecha, cujas incursões, hostilizando a inimigo, chegariam, por vezes, à Lapinha. A "Cabocla", trazida daí, nas festas, antes do monumento, seria simbolismo. Com os desertores da Capital e os patriotas da Cachoeira, o coronel Rodrigo Antônio Falcão Brandão, depois Barão de Belém, organizou um trôço decidido. Ainda de Cachoeira procede o major José Antônio da Silva Castro que veio a ser avô de Castro Alves, com o seu batalhão de "Perequitos", assim chamado pelos distintivos verdes que traziam na gola e nos canhões do punho. Outro batalhão de Cachoeira, comandado pelo capitão Inácio Joaquim Pitombo; mais outro sob as ordens do capitão Veríssimo Cassiano de Souza. De S. Francisco vem um batalhão comandado pelo tenente-ajudante Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, herói em Pirajá, depois Marechal e Barão de Cajaíba, que virá a ser pai de outro bravo, o Visconde de Itaparica, ilustre na guerra contra o Paraguai. De Santo-Amaro outro e outro batalhão, sob as ordens de Antônio Bitencourt Berenguer César e do capitão de caçadores Manuel Marques Pitanga.

Mandado pelo Rio, chega, desembarcado em Maceió, passando por Pernambuco, chegando por terra a Baía, em setembro de 22, o general Pedro Labatut. Trazia um batalhão de 800 praças, cada uma delas com duas armas. De Pernambuco provinha uma fôrça de artilharia de 300 praças ao mando do major Joaquim José da Silva Santiago. A Paraíba concorreu com 400 homens, também duas armas cada soldado, mandados pelo Imperador. Fr. José Maria Brayner, egresso do Carmo, organizou o batalhão dos Couraças, vestidos de couro. Do Rio chegou o batalhão do Imperador, comandado pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva, depois Visconde de Magé, que tem por tenente Luiz Alves de Lima e Silva, a quem inestimáveis serviços farão, no Segundo Reinado, Duque de Caxias. Um trôço de homens de côr, de 1.100 patriotas,

forma o batalhão "Henrique Dias", cujo comandante, o pardo Manuel Gonçalves da Silva só reclamava, na guerra, os postos de perigo, passando as noites em vigília de armas. Além dos soldados, exercitados e improvisados, uma multidão de voluntários sem armas, sem farda, maltrapilhos ou de roupas sumárias — os "Ceroulas" — assim chamados, que pediam apenas ocasião de servir, entrando na forma para pelejar pela Pátria. A todas essas tropas, quasi 10.000 homens e chegaram, militares e civís, a ser 13.000, ia comandar Labatut.

Guerreiro napoleônico e, na América, em Nova-Granada, viera ao Brasil oferecer-se por organizador e disciplinador. Fizeram-no chefe. Duas divisões forma logo, uma da direita em Pirajá, sob o comando do tenente-coronel José de Barros Falcão de Lacerda, comandante do batalhão de Pernambuco, outro da esquerda, comandada pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira. Finalmente o centro, depois da chegada do batalhão do Imperador, comando do coronel José Joaquim de Lima e Silva. Trincheiras e redutos tomaram disposição táctica adequada: o sítio adquiria eficiência.

Na Baía sitiada Madeira preparava e recebia reforços: além do que já tinha, mais um corpo de Avilez, que passara para o Rio, em agosto de 22 mais 1.200 homens, vindos em quatro corvetas e três bergantins; depois mais dois batalhões de infantaria e várias companhias de artilheiros; mais tarde, em abril de 23, mais 2.500 praças... Além dos portugueses da cidade, que aliciara e disciplinara nas armas... Ao todo, seriam 10.000 homens, dos quais mais de metade exercitados e aguerridos. No pôrto, ancorada, a armada, de uma nau, "D. João VI" e das fragatas "Pérola" e "Constituição"; das charruas "Princesa Real", "Ativa", "Calipso" e "Restauração"; as corvetas "Dez de Fevereiro", "Regeneração"; lúgar "S. Gualter"; a escuna "Príncipe do Brasil"; os brigues Audaz" e "Prontidão", e a sumaca "Conceição", montando 438 bôcas de fogo, além de barcas, charruas e transportes artilhados, destinados à navegação interior; entre combatentes e serviçais, cêrca de 5.000 homens...

Fiado na sua armada, que guardava para oportuna atividade, Madeira reuniu todas as suas fôrças na Baía, aban-

donando até posições de primeira ordem, — como Itaparica, chave de todas as comunicações internas na baía de Todos os Santos, — para uma ação decisiva em terra.

É o assalto preparado de Pirajá, na ante-manhã de 8 de novembro: uma fôrça de 2.000 homens, em três colunas, contra a nossa direita. Desembarcado o primeiro contingente em S. Braz e Escada, pela praia e depois pelo rio do Cobre, procuram o Engenho do Cabrito quando uma escolta do cadete José Barbosa Cabral os divulga e rompe fogo, defendendo o passo. Intervém nossa artilharia, três bôcas de fogo ao mando do tenente Menezes Dória. São atraídas tropas vizinhas e à frente o tenente Pedro Jacome Ferreira, que chega, de espada em punho, a penetrar na primeira linha inimiga... Mas o número vence, toma o reduto e passa adiante, subindo a montanha intermediária, que o separa de Pirajá. Na Campina, tropas da Tôrre, entre as quais os Índios de arco e flexa, se opõem obstinadamente. Mas o inimigo reforçado avança e os nossos, em retirada, chegam até as fôrças de Barros Falcão de Lacerda, cujos soldados, de Pernambuco e do Rio, intervêm quasi às portas do arraial. Contingentes de Portuguezes chegam a penetrar em Pirajá. É ferido Santiago, comandante da artilharia, morre Cipriano de Siqueira... Oram proezas Chagas Catete, Epifânio da Luz, Joaquim Fortunato, Francisco Macário, Ferreira Lucena, Ribeiro Tupinambá, Teles de Menezes, Correia Seara, Silva e Melo... As linhas cada vez mais rarefeitas, os inimigos sempre mais numerosos, vacila a resistência... Barros Falcão vê que o seu centro vai ser envolvido. Então, para evitar um sacrifício inútil, para salvar o resto do seu comando, 400 homens, resigna-se à ordem de "retirar". É, nesse momento, que o clarim Luiz Lopes, português de nosso partido, toca, em vez disso, "avançar cavalaria" e "degolar"... O inimigo não contava com essa cavalaria, nem com a ordem cruel... e é o pânico, a desordem, o recuo espavorido, a debandada, perséguido até às portas da cidade... Na extensa linha outros ataques esmorecem e se anulam, ao desastre, a um tempo do objetivo estratégico e das operações táticas. Sobretudo, Madeira fica desmoralizado...

A cavalaria invocada pelo clarim da vitória chega, formada sob o comando do capitão-mór de Itapicurú João Dantas e são 500 cavaleiros, que marcham para Pirajá; da vila de S. Francisco ocorre um esquadrão de 300 cavaleiros, organizado pelo coronel Bento Lopes Vilasboas, cujo comando cabe ao valente Pedro Ribeiro de Araújo. Outro esquadrão ainda de 600 voluntários é sustentado, fardado, montado, por Antônio Joaquim de Oliveira e Almeida. Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque forma outro, de 400 voluntários, vestido e equipado a sua custa, e entrega-o em Pirajá a Labatut. Também o capitão João Antônio dos Reis organiza um esquadrão, cujos cavaleiros se empenham em vigília noturna, por toda a longa costa. De Cachoeira vêm os milicianos de D. Braz Baltazar da Silveira, 300 praças; de Santo Amaro, 300 ainda, do coronel Luiz Manuel...

Madeira reconhece o seu êrro de ter abandonado a via marítima e tenta retomar Itaparica: barcos de guerra, com 200 praças, ao mando do capitão Taborda, tentam forçar o passo do Funil, estreito entre a ponta de Itaparica e o Continente, por onde se vai para Jaguaribe e Nazaré. Doze praieiros dissimulados no mangue detêm vários canhões e mosquetes e duas centenas de homens, até quasi exhaustos de fôrças e munições, refôrço que chega a tempo pelo ilhéu Francisco José Batista Massa... com o que recuam os atacantes vencidos.

Também da esquadra de João Felix dous brigues "Audaz" e "Prontidão", a escuna "Emília" e a barca "Constitucional", várias canhoneiras e lanchões, cêrca de 40 embarcações, 1.200 homens de embarque dirigem-se aos portos do Mocambo e do Manguinho e à foz do Paraguassú... Mas, no Mocambo, quatro barcos nossos armados lhe despejam suas munições, fuzilaria de terra os alveja, dois barcos a pique, marujos afogados, retirada à ilha do Mêdo, aonde vêm ter os rechassados de Manguinho, tornando vencidos a 10 de janeiro de 23, à Baía.

Na cidade, além do desânimo, o esgotamento e a dificuldade de abastecimento. O sítio marítimo impede que chegue a farinha indispensável, de Camamú, Cairú, Nazaré (das fa-

rinhas) (\*). Os civís fogem da praça sitiada. Os inúteis à defesa são mesmo obrigados a sair. Madeira é convidado, por Labatut, a render-se, mas recusa, à voz de humanidade, como ao suborno, que José Bonifácio tentara, por Vasconcelos Drumond. Portugal, tentando embora substituí-lo, manda-lhe reforços: a 1.º de abril 2.000 homens, no fim do mês mais 2.500 praças, que vêm aumentar a aflição das existentes, por escassez de víveres.

Os ataques de Labatut são improfícuos, pois a Madeira não falta nem gente nem munições de guerra... A iniciativa tática não lhe aproveita, além do mais pela desinteligência que impede, entre os comandos, a cooperação, para um grande ataque. Seus 10 a 12.000 homens estavam distribuídos por uma longa linha, de Itapoã a S. Braz, além do litoral do Recôncavo. Poderia, ainda assim, mobilizar 5.000 homens, para uma operação decisiva: mas as relações tensas com a Junta de Cachoeira o impede. Prendendo ao ambicioso Felisberto Caldeira, por insubordinação, revoltam-se seus companheiros... Mandado Lima e Silva contra os amotinados, se opõe êste à ordem, que seria a guerra civil, em face do inimigo. Lima e Silva com os comandantes da direita e da esquerda, Barros Falcão e Leite Pacheco, resolvem prender o general e pedir ordens à Junta, que designa a Lima e Silva por chefe, recolhido Labatut a Maragogipe e, mais tarde, ao Rio... Terá seu monumento na Lapinha.

Madeira, por fim, se resolve... Sem a humilhação de capitular, faz com delonga embarcar as suas tropas lusitanas e evade-se, na madrugada de 2 de julho. Por volta do meio-dia, pela Lapinha, uma das divisões, outra pela estrada de Brotas, outra pelo Rio Vermelho, penetram os Independentes" na Baía desocupada... Lima e Silva, à frente de sua

---

(\*) "A zona agrícola de Cairú sempre foi de grande importância econômica para a capital, cuja população alimentava-se de suas farinhas e de outras localidades do Sul. Assim é que desde 1648 a vila de Cairú tinha de remeter 1.800 alqueires de farinha, a de Camamú 2.000 e a da Boipeba 700. Além dessa remessa, como um tributo imposto às câmaras dessas vilas, os lavradores buscavam o mercado da capital para a venda dos seus cereais" (Felisbello Freire — *História territorial do Brasil*, Rio, 1906, 1.º vol., p. 198).

divisão. Os vencedores eram 9.515 praças, não contando os agregados, 10.000 homens. Com a guarnição de Itaparica, 3.250 praças e 710 marítimos da flotilha 13.475 homens... E guarnições de vilas e povoados do Recôncavo. Era o exército vitorioso. Vitória, por defecção dos combatentes.

\*

A causa dêsse 2 de julho, libertação da Baía, fôra só êste exército, sitiante? Não, também o sítio marítimo, sôbre o qual não se insiste bastante.

Em julho de 22, trazendo Labatut, viera a divisão Rodrigo Delamare — uma fragata, duas corvetas e um brigue — para o bloqueio. Mas, as novas remessas aos Portugueses, ao mando de João Felix Pereira de Campos, obrigam a mais. No Rio, vindo do Chile, o Imperador contrata os serviços de Lorde Cochrane, ao qual improvisa uma esquadra. A 1.º de maio de 23 está na Baía. Formam-na a nau "Pedro I", onde bate o seu pavilhão, comandada por Sockville Crosby; a fragata "Maria da Glória" que comanda Teodoro de Beaupaire; a fragata "Niterói", sob o mando de John Taylor; a fragata "Piranga", sob as ordens de David Jawet, e embarcações menores, a corveta "Liberal" e os brigues e escunas "Paraguassú", "Carolina", "Baía", "Guaraní" e "Real Pedro". Da equipagem heterogênea e improvisada, poucos marujos, pardos e negros aliciados (\*), faz o Almirante uma tripulação para os seus dois navios de confiança, a "Pedro I" e a "Maria da Glória", com os quais iniciou o bloqueio.

A 4 de maio, a alguns quilômetros da ponta de Santo Antônio da Barra, descobre Cochrane a armada portuguesa, agride a várias unidades, corta a frota de João Felix e conse-

---

(\*) "Sem ter onde colher bons marinheiros... (reuniram) guarnições indisciplinadas e desafetas cujo pior elemento era constituído por portugueses que pareciam ter adotado a causa do Brasil e na hora crítica revelaram-se traidores..." "Ao lado dêles havia um trôço de gente apanhada na vagabundagem da cidade e cento e trinta negros saídos da escravidão. Restavam como marujos capazes cento e sessenta ingleses e americanos do norte atraídos pela promessa das presas" (Tobias Monteiro: *A elaboração da Independência*, Rio, 1927, ps. 609-10).

que evadir-se, sem que o inimigo, com enorme superioridade de meios e fôrças, o persiga. Recolhem os Lusitanos a seu ancoradouro e Cochrane é que passa a ter a iniciativa tática, cruzando a barra da Baía, tendo por base das evoluções o morro de S. Paulo, e impedindo o tráfico externo. O interno repousa sôbre Itaparica, cuja defesa é feita por quatorze barcas canhoneiras, sob o comando de Tristão Pio dos Santos, impedindo, entre a ilha e o continente, o tráfico das farinhas, de Camamú, Cairú, Boipeba, Nazaré, indispensável ao abastecimento da Baía.

Dois documentos valiosos narram o sítio marítimo. Um, do próprio Cochrane: "*Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa, prestados pelo almirante Conde de Dundonald*", tradução de A. R. Saraiva, Londres, 1859, agora confirmada pelo "*Diário do Capelão da Esquadra Imperial comandada por Lorde Cochrane, Frei Manuel Moreira da Paixão e Dores* (1.º de abril a 7 de novembro de 1823), inédito publicado pelo dr. Rodolfo Garcia, nos "*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*", 1938, vol. LX, Rio, 1940, ps. 177 a 258.

"A capitânia com a "Maria da Glória" procederam agora a cruzar diante da Baía, com tão bom resultado, que todos os aprovisionamentos por mar foram impedidos, não obstante repetidas tentativas de introduzir de S. Mateus navios com farinha de mandioca — uma dúzia dos quais caíram em nossas mãos, a-pesar-de ser-nos tão superior o inimigo" (Cochrane, cit., p. 36). Os refrescos que poderiam vir do estrangeiro, são também interceptados.

O Capelão refere, já a 8 de junho: "Soubemos que o Madeira tinha feito público por editais a evacuação da cidade, deixando em abandono aquele ponto, e que toda pessoa que quisesse sair com êle, se aprontasse quanto antes, e tomasse sôbre êste objeto suas convenientes medidas; protestando a todos os motivos de sua retirada não eram outros mais que a extrema falta de mantimentos, em que se achavam todos os habitantes daquela cidade, que sem meios, nem outro algum recurso, via todos os dias morrerem muitos já mirrados pela fome e centos de outros procurando nos Hospitais a cansada

Misericórdia, nas mesmas necessidades e diferentes moléstias em que valeu a muitos já na vida, já na morte! Faz horror ouvir dizer que um saco de farinha custava 16\$000, uma arroba de carne sêca e ruim 2\$880, um alqueire de feijão 8\$000, uma libra de pão de munição 200 réis, uma galinha 4\$800, um ovo 160 réis, uma libra de arroz 200 réis! Para se acreditar estas desgraças não era necessário sofrer: basta ouvir-las os que daquela cidade têm meio de retirar-se"... (Capelão, *cit.*, ps. 221-2).

A 16 de junho anota o Capelão: "soubemos com individuação que a esquadra lusitana está por dias a sair do seu pôrto para Lisboa, a cujo bordo tem recebido muitas preciosidades: tudo isto passa aquí por certo e nós, quanto antes, o vamos observar, com a nossa esquadra, que para o pôrto vai cruzar, como até aquí tem feito (*Id.*, p. 225). A 25, insiste na "próxima retirada do general Madeira e seu exército para Lisboa, "retirada pela falta de víveres, levando consigo a esquadra", o que foi comunicado ao Recôncavo...

Cochrane faz o cruzeiro, ameaça, consegue penetrar até o encoradouro do inimigo, que não o persegue sequer, escárneo que desmoraliza a frota de João Felix (\*), temerosa dos provalados brulotes, que, entretanto, não chegam. Mas chega a fome, com a desesperança... É melhor abandonar o campo... José Bonifácio quisera investida, batalha (\*\*). O Imperador,

---

(\*) Cochrane diz fizera a proeza, sòzinho, com a Capitânia. Tobias Monteiro (op. cit., p. 623) reproduz os inquéritos, que o desmentem, pois teria sido acompanhado. O Capelão (op. cit., p. 223) confirma agora Cochrane, que prevenira à "Maria da Glória" e à "Carolina" que não apereceram na ação, e apenas obrara a proeza a "Pedro I"...

(\*\*) Já em fins de março ou 1.º de abril de 1823 se queixava José Bonifácio da tibieza do Imperador a respeito dos negócios da Baía, pondo obstáculo à amplitude das instruções que (êle) José Bonifácio dava a Lorde Cochrane para fazer a guerra a Portugal. O Imperador queria expulsar os soldados portugueses da Baía e de todo o Brasil, mas não queria mais do que isso, enquanto José Bonifácio estendia suas vistas a tirar a Portugal todos os meios de poder este hostilizar o Brasil. Neste ponto a discussão entre o Imperador e José Bonifácio foi violenta e acabou por ceder o Imperador à vontade do Ministro. (*Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biografia in Anais da Bibl. Nac.*, vol. XIII, 1885-6, ps. 61-2). A deficiência de meios de Cochrane obrigou-o a estar mais com Pedro I, do que com

apenas a tática de Cochrane... Contanto que o campo ficasse abandonado, de tropas e frota, que importava o resto? Era a Independência... Por isso, a 2 de julho, Cochrane deixa Madeira e João Felix fugirem. Aliás não tinha meios de impedi-lo... "Das 8 para 9 horas da manhã se observou estar a esquadra inimiga quasi toda com gáveas largas. Vimos às 10 muito mais pano largo e, ao meio-dia, se fez à vela pela barra fora, levando consigo muitos transportes; de sorte que eu mesmo cheguei a contar 83 navios, com os da esquadra." (Capelão, *cit.*, p. 230).

Na ocasião, Cochrane tinha consigo apenas a capitânia, a "Maria da Glória" e uma escuna (Capelão, *cit.*, p. 230): deixa passar o inimigo... e ordena a perseguição aos navios de comboio, que levam tropa... talvez para o Maranhão, ou para outro ponto... Vão apresando assim, cortando mastros, esvaziando pipas d'água, tirando víveres, para os obrigar a irem à costa, enviados ao Recife, impossibilitados de ação... Assim, bravura sôbre bravura, audácia sôbre audácia, até ver que o caminho de Lisboa é o tomado... Vai, então, êle, ao Maranhão, com a Capitânia. A "Maria da Glória" continua, até quasi Lisboa, fazendo a mesma tática... O Capelão sumaria as presas: 17 embarcações no Maranhão, com 15 canhoneiras daí mesmo, com 20 embarcações tomadas ao comboio de João Felix, e 21 anteriormente presas no morro de S. Paulo "fazem a totalidade de 76 (navios), prisioneiros, não contando com os que os navios de nossa esquadra tenham feito, depois de se separarem de nós (*id.*, ps. 255-6).

Jamais se terá, na história militar, resultado maior, para tão fracos meios. Cometeram os Portugueses dois erros funestos. Madeira desdenhou a estratégia marítima e João Felix condenou-se à inatividade tática: Cochrane supriu a deficiência absoluta de meios, com a ofensiva tática, ativa no bloqueio, desmoralizante da frota de guerra, adotando a estratégia de deixar fugir o inimigo, assim anulado, sem perdas nossas, que não as podíamos sequer suportar.

---

José Bonifácio, e foi bem, pois se obteve o resultado, com o mínimo de perdas inúteis.

\*

Não amamos aos estrangeiros, ainda quando nos favorecem. Não imitamos os Estados-Unidos, que não esquecem a Lafayette e a Rochambeau: omitimos, vexados, os estrangeiros que nos ajudam, quando o podemos... É um ingrato "complexo de inferioridade". Lorde Cochrane sofreu isso. Por exigir pagamento, combinado, de serviços, ficou amaldiçoado. Os próprios heróis nacionais são remunerados. Mas o estrangeiro é diferente... Cobrou-se, dizem, pelas próprias mãos e se fez ao largo, tornando aos penates...

Outra publicação atual, do dr. Rodolfo Garcia, *Maria Graham*, nesse mesmo volume citado, dos "Anais da Biblioteca Nacional", ps. 5-176, traz esclarecimentos indispensáveis à compreensão dos acontecimentos do Brasil, em 22-25. "Só as províncias do sul e do interior pagavam impostos. A Baía e Pernambuco recusavam-se a entrar com qualquer quantia para o Tesouro Imperial, alegando que era bastante pagar as despesas de seus governos locais e as tropas que estivessem empregadas em suas guarnições, de modo que, como já observei, a posse pelo Imperador de uma esquadra principal, no mar, era a única coisa que, então, mantinha coesas as partes do Império", diz Maria Graham (*cit.*, 137-8). Foi o que José Bonifácio e Pedro I fizeram, contratando Lorde Cochrane.

Seria absurdo exigir, dêsses aventureiros, — que o eclipse de Napoleão, na Europa, tornava disponíveis, — fossem abnegados heróis, na América: nós os aceitávamos, e aceitamos, a soldo, e entretanto não gostávamos, não gostamos, de pagar. *Pas d'argent, pas de Suisses*. Basta dizer que, embora pagos, tais serviços foram beneméritos. Tobias Monteiro, no tomo I, "O Primeiro Reinado", de sua *História do Império*, Rio, 1939, fala do "reinado da desordem", citando os louvores: "a esquadra de Lorde Cochrane fez cessar toda e qualquer hostilidade", "salvou a província" (p. 271). Era a "unidade" do Império. Foi a libertação do norte. O bloqueio fez capitular, sem combate, as tropas portuguesas de terra e de mar...

Esse historiador, que narra longamente todas as peripécias, resumindo velho e novo, a-pesar-de heroísmos e benemerência da esquadra libertadora, não esquece a Caldeira Brant: "Oigo que é (Cochrane) muito amigo de dinheiro"; a Mareschal: "salteador audacioso, capaz de tudo, só conhecendo um desejo o ouro, e igualmente pronto, por um escudo, a cometer, quer um grande atentado, quer um ato de mesquinha-ria", e ainda "as suas pretensões não têm limites; a sua cupidez insaciável escurecerá as suas grandes qualidades, e atira-o às mais aventurosas especulações, provavelmente acabará na miséria, após haver pilhado nas quatro partes do mundo (*cit.*, ps. 315-6). Daí a cobrança forçada de Cochrane, dos 106 contos, e a fuga para Inglaterra...

A publicação que ora faz Rodolfo Garcia vai modificar muito estas páginas da história nacional, talvez ainda impossível de escrever-se, aparecendo todos os dias novos documentos. A opinião da Imperatriz Leopoldina sobre Cochrane, expressa em carta a Maria Graham, é esta: "vosso insuperável e respeitável compatriota, o qual, creio que infelizmente só tarde demais será estimado, como merece. Ao menos fica-me a mim, a satisfação de não tê-lo prejudicado". Não seria pois a atitude de todos, a começar pelo imperial marido...

Agora, uma revelação, sensacional... A imperatriz manda chamar a Maria Graham, para lhe revelar um plano de recomposição com os Portugueses, diabólico de ingratidão para os "Independentes". "Eu dificilmente serei acreditada, quando contar a louca atrocidade do plano. Em primeiro lugar, toda mercadoria pública e privada — munições de guerra, ou mercadoria — seria devolvida e dadas indenizações pelos danos feitos no curso da guerra. Os chefes de esquadra deveriam ser declarados traidores, por terem atacado a propriedade dos súbditos de Dom João VI, protestando-se que as ordens haviam sido não chegar a uma guerra, no momento, mas sim, simplesmente, vigiar as costas. Suas propriedades seriam confiscadas e eles próprios aprisionados ou submetidos a qualquer outra punição que se julgasse conveniente infligir, e os oficiais inferiores todos demitidos, sem nenhuma outra nota. Este plano devia corresponder a dois fins, que os ministros,

(Ministério Paranaguá) tinham muito a peito, além de agradecer à rainha de Portugal (Carlota Joaquina): verem-se livres de estrangeiros, cuja presença lhes era uma dôr e um agravo, e aliviar o tesouro do Brasil de uma quantia que êles teriam prazer de recolher, sendo imensa, e que tinha sido prometida ao Almirante, oficiais e soldados, ao ingressarem ao serviço do Brasil. Sua Majestade Imperial perguntou-me então se eu nunca havia tido nenhuma comunicação com Lorde Cochrane; eu disse que havia recebido um pacote dêle, pelo correio, contendo um jornal e um panfleto, com estatísticas da província de Maranhão, juntamente com poucas linhas de um dos seus secretários, dizendo que o Lorde estava muito ocupado para escrever, mas rogava que eu levasse aqueles papéis para a Europa, se para lá seguisse. Ela (a Imperatriz) me pediu então que escrevesse a S. Ex., narrando tudo o que me havia dito, e que o avisasse de que, se êle prezava sua liberdade ou sua dignidade, não entrasse no pôrto do Rio de Janeiro, enquanto estivesse no poder o atual ministério. Prometi-lhe fazer isso"... (*cit.*, p. 148). Tê-lo-ia feito? "Tinha feito uma promessa, devia cumprí-la — acontecesse o que acontecesse. Escrevi, pois, minha carta e enviei-a pelo capitão Grenfell, que, felizmente para mim, estava então no Rio. Entreguei-a em mão e confiei nele, como um seguro intermediário. Se ela jamais chegou no seu destino, não sei, já que não tive nenhuma comunicação posterior com o Almirante" (p. 149).

Mas Cochrane, de fato, não veio mais ao Rio, e foi-se... à Europa. Diz adiante Maria Graham: "Lorde Cochrane vendo que os intentos pelos quais havia pegado em armas na América do Sul, isto é, a libertação das colônias da pressão das metrópoles estavam atingidos, resolveu deixar o serviço completamente, já que, tanto nas colônias espanholas como portuguesas, êle havia sempre protestado não entrar em qualquer de suas recíprocas contendidas. Deixou, portanto, a esquadra de navios de guerra guardando a costa e transportando para o Rio as presas de dinheiro ou o que fôsse valioso tomado durante a guerra de então, sem querer se expor a uma desagradável possibilidade de alterações com o ministério brasileiro, embarcou diretamente para Inglaterra, numa das fraga-

tas imperiais, em cujo bordo içou o seu pavilhão de almirante. De modo que as primeiras salvas disparadas em honra da bandeira imperial brasileira o foram pela sua chegada a Portsmouth, pelo fim de outubro de 1825. Não tendo chegado ao Rio nenhuma notícia de suas atividades antes de minha partida, não fiquei pouco surpreendida quando o capitão Shepherd abordou a "Sibília" e contou-me que havia trazido à Pátria Lorde Cochrane, na "Piranga", e que S. Ex. havia ido para Londres e parecia muito inclinado a entrar a serviço da Grécia, e que êle próprio aguardava sòmente completar seu carregamento de madeira e água, para voltar ao Rio" (páginas 166-7). Maria Graham interessa-se por Shepherd e Grenfell; junto da Imperatriz, no que é atendida. Em carta, dissera-lhe Dona Leopoldina: "Fico sossegada e cai-me um grande pêso do coração, por saber que fizestes chegar a vossa (*sic*) opinião ao vosso insuperável e respeitável compatriota"... (p. 144).

Como quer que seja, escapado Cochrane ao plano que lhe haviam preparado, Mareschal informa a Maria Graham: "Quanto a Lorde Cochrane seu nome é aquí tão falado, quanto se êle jamais houvesse existido. Prova, ao menos, de que não lhe guardam ressentimentos" (p. 167). Não se podiam queixar dêle, se lhe queriam fazer outro tanto, ou mais...

A história "provisória", dêle, se havia de ocupar do caso; agora, documentos "menos provisórios", reabilitam-no: Pedro I e Paranaguá estão "na berlinda", e quem o atesta é a Imperatriz Dona Leopoldina, por Maria Graham...

\*

Portanto, já se pode falar de Lorde Cochrane. Se Maria Graham, por Dona Leopoldina, o reabilita, o Capelão Manuel Moreira o confirma, exaltando a sua epopéia marítima, estratégica e tática, pela unidade do Brasil independente.

A causa do 2 de julho, — isto é, da evacuação da Baía pelos Portugueses de Madeira e João Felix, — foi o sítio,

trazendo necessidade, fome, desesperança. O sítio terrestre sim, principalmente o marítimo, via por onde, ainda hoje, se faz o mais do abastecimento da Baía. Pirajá, Funil, Mocambo, Manguinho, foram operações defensivas, repulsa a ataques, dos sitiados. A nossa iniciativa foi o sítio. O maior do sítio devemo-lo a Lorde Cochrane... É tempo de reconhecê-lo...